

ENTRE VENCEDORES E VENCIDOS: REFLEXÕES SOBRE HISTÓRIA, MEMÓRIA E CESURA

BETWEEN WINNERS AND LOSERS: REFLECTIONS ON HISTORY, MEMORY AND CESURA

Emanuela Francisca Ferreira Silva (Unincor)

Resumo: Através de Reflexões sobre História, Memória e Cesura tentei demonstrar como ambos estão interligadas e se confluem para encontrar dentro da História Tradicional outra história que é a dos vencidos. Tendo a memória e a história se encontrando sem fronteiras, coloco a cesura como o corte na linha do tempo capaz de provocar o *instante já* que traz ao presente novo passado em que outra história é percebida.

Palavras-chave: história; memória; cesura

Abstract: Through Reflections on History, Memory and *Cesura* tried to show how both are connected and come together for to find in History Traditional another story that is of losers. The memory and history meet themselves without fronteirs, I put the *cesura* as the cut on the timeline capable of to provoke the *instante já* which it brings to for present new past which another story is perceived.

Keywords: history; memory; *cesura*; history of losers

1.1 História Tradicional ou História dos Vencedores

Sabe-se que a história tradicional - ou a história dos vencedores nas palavras de Benjamim, é a história que se encontra em nossos livros. Ela é capaz de ditar o passado como verdadeiro, através de seus argumentos políticos e chegando até a ditar como históricos alguns *fatos míticos*.

Seria então possível encontrar outra história, capaz de ajudar a entender melhor este presente em que estou? Uma história que se encontra na cesura da história de longa duração? Poderia haver narrações capazes de fazer essa cesura?

Para que eu possa chegar a possíveis respostas a estas indagações, que são o fio condutor deste trabalho, é preciso primeiramente, através de reflexões palpáveis, buscar afirmações que levem a entender o que é memória, o que é história e o que é cesura. Só assim poderei encontrar caminhos que me levem a juntar essas indagações a pergunta tema deste trabalho e tecer algumas possíveis respostas.

Tratarei neste trabalho de refletir sobre esses três significantes, cosendo seus significados numa tentativa de demonstrar como ambos estão interligados. Se memória e história encontram-se sem fronteiras, a cesura será o corte na linha do tempo capaz de provocar o instante já que traz ao presente novo passado em que outra história é percebida. Pretendo assim aglutinar todos esses fios soltos formando colcha de chita que possa ser meu parâmetro para a pergunta que governa esse capítulo.

Segundo Le Goff (2003: 119) “memória é um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou informações que ele representa como passadas”. Percebe-se aqui que, é a memória que auxilia o sujeito na sua percepção de mundo. Atualizando o passado, a memória faz com que cada pessoa possa ser capaz de remontar o seu presente a cada instante já, se colocando como sujeito que interage e reflete no mundo em que vive.

Sabe-se que o ato mnemônico principal ocorre através do comportamento narrativo, que é função social. Ele, portanto se encontra presente em toda comunicação em que há o locutor e o interlocutor que falam sobre acontecimentos do passado no interior da narração. Assim, estudando a memória social ou coletiva, posso conhecer de maneira mais ampla o homem no tempo e no espaço. Pois, percebo através dessa conquista progressiva do passado pelo homem, em que ele armazena informações, que se pode demarcar no tempo e no espaço o registro de seus feitos e encontrar na cesura que essa narrativa faz outra história.

Desde os povos sem escrita, ocorrem os mitos de origem que dão fundamento aparentemente histórico à existência das etnias ou das famílias, começa-se a perceber a importância da memória coletiva. As tradições e a história da tribo eram contadas de geração em geração através da linguagem oral. Sempre houve a preocupação em salvar essa memória coletiva, na tentativa de eternizar a tribo e passar para as próximas gerações as experiências e a história dos antepassados. São as narrativas orais que vão delimitando a memória coletiva de cada povo. O contar história é, pois, uma tentativa de eternizar o passado, ou seja, trazê-lo sempre que se quiser, para o presente.

Ao longo do tempo, há continuação na preocupação de guardar os feitos e as tradições. Reis, faraós e imperadores, registraram na linguagem escrita, sobretudo através da narração, a memória coletiva de sua dinastia, império ou nação. Essa tentativa de deixar como legado o passado glorioso, estreita a fronteira entre memória coletiva e história. Agora toda a tradição de um povo e de seus governantes começa a ser história, e assim, passam a integrar a linha da história de longa duração. Nesse sentido vê-se um estreitamento onde memória coletiva começa a se tornar história.

Como exemplo tem-se a memória cristã que se manifesta essencialmente na comemoração da passagem de Jesus Cristo pela humanidade (pentecostes, nascimento, ressurreição). Os apóstolos começaram a arquivar essa memória cristã através da escrita do Novo Testamento e pela oralidade, posto que pregavam o evangelho andando quilômetros por toda a região próxima a Jerusalém. Com o arquivamento da memória cristã, consegue-se perceber traços que se remetem à história. O modo de vida dos romanos e sua perseguição aos cristãos demonstra de alguma maneira como era o passado romano e a luta por implantar novo regime religioso: o cristão.

É interessante acrescentar que a associação entre morte e memória adquire enorme difusão no cristianismo. O dia dos mortos e a oração pelos mortos são costumes antigos da igreja cristã que é realizado até hoje. No século XIII, Alberto Magno e São Tomás de Aquino atribuem lugar importante à memória. Segundo Magno citado por Le Goff (2003: 450) “o mnemônico reside na parte sensitiva da alma”. Para Santo Agostinho existia a trindade “memória, intelecto e *voluntate*”. O bom cristão

teria que ter inteligência para seguir os ensinamentos de Cristo, vontade para segui-los e memória, para não se esquecer dos feitos e ensinamentos do mestre Jesus Cristo.

A partir da escrita, a memória passa a ser gravada em pedras anais, como tentativa de gravar fatos e feitos (ou pelo menos aquilo que interessava aos vencedores). Neste sentido ela pode ser vista como sinônimo de poder. Os grandes governantes sempre utilizaram da arte para perpetuar suas conquistas, se eternizando através do arquivamento de seus feitos. Esse arquivamento poderia ser feito por um livro (como o que possui as descrições das sete maravilhas do mundo antigo), hieróglifos (como os encontrados na pirâmide de Ramsés) ou a estátua de Júlio César, que demonstra um "deus grego" visto como soldado romano (para demonstrar a superioridade romana, através da perfeição da escultura grega).

Quero agora dar grande salto em direção ao renascimento e a invenção da imprensa como a revolução da memória ocidental. Deve-se colocar aqui que, embora ela tenha sido descoberta no século IX do mundo oriental pela China, ignorou-se os caracteres móveis, a tipografia; até a introdução, no século XIX dos processos mecânicos ocidentais. Na China não houve a imprensa agindo de forma massiva, posto que ela se limitasse à xilografia, impressão de pranchas gravadas em relevo.

No ocidente ao contrário, a imprensa agiu de forma diferente. Segundo Leroi-Gourhan citado por Le Goff (2003: 452)

Até o aparecimento da imprensa [...] dificilmente se distingue entre a transmissão oral e a transmissão escrita. A massa do conhecido está mergulhada nas práticas orais e nas técnicas; a área culminante do saber, com um quadro imutável desde a Antiguidade, é fixada no manuscrito para ser aprendida de cor [...]. Com o impresso [...] não só o leitor é colocado em presença de uma memória coletiva enorme, cuja matéria não é mais capaz de fixar integralmente, mas é frequentemente colocado em situação de explorar textos novos. Assiste-se então à exteriorização progressiva da memória individual; é do exterior que se faz o trabalho de orientação que está escrito no escrito (1964-1965: 69-70).

A memória a partir de agora terá um caminho de sofrimento e agonia. Ela se afastará dos grandes centros europeus e se tornará marginal. A teoria clássica da memória formada na antiguidade clássica é modificada pela escolástica, que ocupará a vida escolar, literária e artística. A Igreja Católica, dentro da linha Agostiniana, para afastar as contradições a cerca do Apocalipse, vai buscar a clarificação das atitudes escatológicas cristãs.

A memória que está nas margens é aquela vista como magia. Estas teorias ocultistas da memória tiveram papel importante nas perseguições da "Santa Igreja". Esta memória que traça linhas no presente que remete ao passado é perigosa. Primeiro porque não são escolásticas, segundo porque remetem a outro passado que não interessa

a igreja. É perigoso lembrar fatos que não condizem com “as verdades canônicas” impostas pela igreja.

A escatologia bíblica vai continuar se firmando nas igrejas da Reforma, visto que é usada para identificar o papa e os turcos com o Anticristo, ou como tentativa de identificar esta revolução social que foi a reforma como a implantação do reino de Deus na Terra. Observa-se que tanto a igreja Católica como a protestante colocam a memória como perigosa e utilizam das doutrinas escatológicas para evangelizar as Américas.

Esta memória é a dos vencedores ou daqueles que detém o poder político. A memória popular como já disse acima é perigosa, ela possui outro saber que não interessa as igrejas ou às instituições que estão no poder.

Mas esta memória popular, ou memória dos vencidos não está perdida. Ela sofre o processo do esquecer para lembrar. Ela vai se acumulando nos séculos precedentes até explodir na Revolução de 1789. Le Goff (2003: 458) ironicamente questiona se não seria esta memória acumulada o grande detonador da revolução Francesa cujos ideais ainda não se concretizaram até os dias atuais.

Mais adiante pretendo resgatar a memória dos vencidos através das reflexões da História das Mentalidades. Agora, restrinjo estas reflexões ao florescimento da memória na modernidade. Memória e história começam a ser construídas sem fronteiras e caminham através do tempo. A memória coletiva encontra espaços na modernidade para se concentrar e se tornar presente a cada momento que o passado for rememorado.

É com Freud, em especial, com seu livro interpretação dos Sonhos, onde ele afirma que o comportamento da memória durante o sonho é certamente importante para a teoria da memória, que esta passa a ser reservatório de fatos que podem dizer muito do passado. Neste espaço a memória é individual, não está a serviço do poder, mas, começa a ser fonte do entendimento do passado.

Segundo Le Goff ,

A sociologia representou um estímulo para explorar este novo conceito, assim como para o conceito do tempo em 1950, Maurice Halbwachs publicou o seu livro sobre as memórias coletivas. A psicologia social, na medida em que esta memória está ligada aos comportamentos, às mentalidades, novo objeto da nova história, traz a sua colaboração. A antropologia, na medida em que o termo “memória” lhe oferece um conceito mais bem adaptado às realidades das sociedades “selvagens” que esta estuda do que o termo “história” acolheu a noção e explora-a com a história, nomeadamente no seio dessa etno-história, ou antropologia histórica, que constitui um dos desenvolvimentos recente mais interessantes da ciência histórica. (Le Goff 2003: 466)

A memória coletiva passa a ser vista nos acontecimentos ao longo do tempo. Ela é aquilo que fica no passado de grupos que não estão nas instituições que detém poder. Freud resgata o passado no presente que rememorializá-lo, longe dos livros de

história ou de fatos escolásticos da igreja. É deste material que a Nova História vai utilizar, tentando criar história científica a partir da memória coletiva.

Recapitulando, tem-se os museus e os arquivos como exemplos de espaços que se tornam guardadores de tempo e de lugar. Com a invenção da imprensa já se é possível propagar a memória a muito mais pessoas. As narrativas dos feitos e vitórias do passado estão agora armazenadas para sempre em livros, em museus, em artefatos históricos, que se encontram materializados no presente, formando a memória visual.

Assim, o passado parece estar salvo do esquecimento. Agora, ele já pode ser trazido ao presente, pois suas narrativas estão resguardadas do esquecimento. Porém, há uma interrogativa que insiste em incomodar. Esse passado que está resguardado é o passado de quem? Dos vencedores ou dos vencidos? A história de longa duração detém todo o conhecimento sobre o passado ou haveria outra história capaz de remontar acontecimentos que escapam a essa história dita tradicional?

1.2 História e Memória em caminhos que se cruzam

Antes de responder a esses questionamentos, gostaria de citar duas manifestações que foram muito significativas no século XX, para a formação dessa nova maneira de pensar a memória. A primeira aconteceu após as duas grandes guerras que foi a construção de monumentos em memória dos mortos e, a segunda foi o surgimento da fotografia.

Com as duas grandes guerras que abalaram a humanidade, houve repensar de qual seria o valor do homem. Milhares de pessoas desaparecem nesse século, e a memória começou a ter nova significação. A construção de monumentos é a metáfora para a tematização da dimensão do sofrer humano. Essa construção de monumentos é a tentativa de valorizar o homem, de individualizá-lo através de seus feitos, tirando-o da massa.

Adorno e Horkheimer, por exemplo, se afastam de teses que colocam o anti-semitismo como razão principal e última de uma transformação da infra-estrutura econômica e a busca da especificidade dos judeus enquanto parte isolável da população. Eles se voltam para considerações mais filosóficas (Marx e Nietzsche) tentando mostrar que o ponto de partida não é o judeu, mas, "a estrutura racional e psíquica que torna possível a existência do algoz, em particular dos nazistas".

Segundo Gagnebin (2006: 61) "Adorno e Horkheimer assumem uma postura de pensadores críticos da tradição e da cultura orientais em particular da cultura e tradição alemãs." Ambos se voltam para a Alemanha mesmo com alguns anos de intervalo, e como diz Albrecht Wellmer, citado em Gagnebin

É como se todos os esforços destes intelectuais banidos pelo nazismo tivessem orientado na direção de salvar para os alemães sua identidade cultural: com Adorno foi possível estar de novo presente na Alemanha, intelectual, moralmente e estética, e não odiar Kant, Hegel, Bach, Beethoven, Goethe e Holderlin. (2006: 62)

A lembrança, afirma Halbwachs, é em larga medida uma reconstrução do passado com ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

A memória é, pois, muito mais passível de veracidade que a história como demonstrarei mais adiante. A memória recorre ao presente para ser constantemente "reconstruída". Ela não é única, posto que possua diversas fontes no presente capazes de reconstruir o passado.

É essa memória coletiva que vem sendo tão requisitada pela história dita nova. No domínio da história, ela é capaz de sofrer influência de novas concepções do tempo histórico, desenvolvendo nova maneira de fazer historiografia.

A memória coletiva trabalha o presente, reolhando o passado, como eu já afirmei anteriormente. Mas, qual seriam as vantagens de se utilizar a memória coletiva? Haveria algum contratempo na história tradicional que só seria resolvido na memória coletiva?

Com estas indagações pretendo refletir sobre o que é história e por que ela se divide em história dos vencedores e a história dita nova, para que eu possa responder de maneira afirmativa a questão proposta logo acima. Cosendo a memória coletiva com a história, conseguirei arrematar meu "feito" com a significativa cesura e seu significado para este trabalho.

Poderia tomar vários caminhos para tentar chegar a algumas respostas a respeito dessas indagações. Mas, como quero ser breve e clara, utilizo aqui como resposta algumas questões e reflexões que Hosbawn (1998: 13-21) apresentou em seu ensaio Dentro e Fora da História, que foram apresentadas como conferência inaugural do ano acadêmico de 1993-4 na Universidade da Europa Central em Budapeste.

Esse ensaio foi publicado posteriormente na New York Review of Books (16 de dezembro de 1994: 62-65) com título que me chamou muito a atenção e, que me ajudou a entender de maneira mais ampla a importância da memória coletiva e, os perigos da história tradicional. O título é "A nova ameaça para a História".

Hosbawn (1998: 17-25) começa a conferência afirmando que deseja dizer três coisas - ele acaba dizendo muito mais do que sugere. Quero focar o que ele afirma sobre história. Para o autor "a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas ou fundamentalistas". Essa constatação é para mim o centro norteador de todo o ensaio. Ele começa falando sobre o número de países existentes na Europa Central e Oriental e o problema de nacionalidade decorrente da Primeira Guerra. Na ocasião existiam apenas seis países quando o conflito mundial começou e até hoje, por enquanto, existem cerca de vinte e três nações. Ironicamente, um europeu dessa região pode ter nascido e morrido sem saber ao certo a qual país pertence ou pertenceu.

Mas, o que exatamente permeou minhas reflexões foi à crítica contra a história. Ele afirma que a profissão de historiador pode ocasionar tantos danos como a do físico nuclear, visto que como a história é a matéria-prima para as ideologias nacionalistas ou étnicas fundamentalistas, ela pode inventar o passado, se ele não for satisfatório. Hosbawn sugere vários exemplos para confirmar esses questionamentos, como o

surgimento do Paquistão, que todos afirmam ser nação de Cinco Mil Anos, mas que como estado apenas surgiu a partir de 1947.

Concordo com Hosbawn, em muitos aspectos, mas, principalmente com a afirmação de que os historiadores são tão perigosos quanto os físicos nucleares. A bomba nuclear deixa tijolos e asfalto intactos, mas pulveriza o ser humano. A história preocupada com a ideologia nacionalista, mantém viva um córrego como o “famoso Rio Ipiranga”, que se encontra no Hino Nacional Brasileiro, mas pulveriza, extermina o ser humano, colocando fatos deturpados em suas crenças e o levando a tempo presente com nuances, em que não se é possível enxergar, a não ser que se comece a tirar os véus. A quem cabe tirar esses véus?

Começa a ficar claro que história não é memória coletiva. Percebo que, ao longo dos tempos houve essa tentativa de substituir a história pelo mito e o fantasioso. Como afirma o próprio Hosbawn, isso acaba por determinar o que entra nos livros escolares. Fazendo com que a história seja apenas o que se aprende de padres, professores autores de livros de história ou de artigos para revistas e programas de televisão.

Realmente, há ameaça para a história. Se ela é capaz de “fabular” os fatos, já não é possível confiar em suas palavras. É preciso campear em outras pastagens, procurar terra firme. Mas, onde? Em que eu posso confiar o meu passado, para estar de alguma forma transformando o meu presente? Alsted no século XVIII trabalhou a dicotomia história/poesia. A história atém-se às ações e ocorrências, as *res gestae* (aos fatos), enquanto a poesia vive da *res fictae* (ficção). Porém o caminho de ambas é estreito. O próprio Aristóteles em a República desvaloriza a história diante da poesia. A poesia visa ao possível e ao geral, se aproxima da filosofia, ao passa que a história orienta-se unicamente pelo decurso do tempo. Koselleck (2006: 248), sobre isso afirma:

A partir do Iluminismo os historiadores estiveram expostos a este postulado aristotélico. Faz parte das novas experiências do século XVIII, quando a história foi levada a um novo conceito reflexivo, que também as paredes divisórias entre os campos do historiador e do poeta se tornassem osmoticamente permeáveis. Do poeta, sobretudo do romancista, passou-se a exigir que se quisesse convencer e impressionar, ele deveria dar a palavra à realidade histórica. E vice-versa, exigiu-se do historiador que, por meio de teorias, hipóteses e fundamentações, ele tornasse sua história aceitável e plausível. Da mesma forma que o poeta, de sua história o historiador deveria extrair unidade e sentido.

Tem-se outra evidência de que a confusa realidade histórica. Existe o historiador passa a depender dos recursos da ficção, posto que ele tenha que construir com arte fornecendo fundamentos morais e racionais. O tempo histórico passado não pode ser capturado por nenhuma representação. A história só pode ser reconstruída em pequenas exposições. O historiador conta com os recursos da ficção, trabalhando com provas que transmitem pequenos relances de fatos antigos.

Ainda segundo Koselleck,

O Iluminismo, portanto, fez as *res factae* e as *res fictae* deixarem de estar em uma relação de pura oposição. Com esse processo realiza-se também a assim chamada estetização, que mais tarde veio a dar cores ao historicismo. Porém, trata-se de algo mais que estetização e consciência histórica crescente, que teriam desde então estruturado a história (Historie). Por trás da nova coordenação entre as *res fictae* e as *res factae* se encontra, sobretudo a experiência moderna de um tempo genuinamente histórico, que obrigou a misturar ficção e facticidade. (2006: 250)

O historiador está fora do tempo da história, ele então utiliza de meios lingüísticos da ficção para apoderar-se da realidade cuja atualidade se findou.

Segundo Seligmann-Silva,

Não existe uma História neutra; nela as memórias enquanto uma categoria abertamente mais afetiva de relacionamento com o passado intervém e determina em boa parte os seus caminhos, entre diferentes formas de enquadrá-lo. (2006: 67)

A história sofre influências de instituições que detêm o poder. Ela determina o que é verdade de acordo com a posição de poder que lhe é conferida. A história precisa de esquemas didáticos para falar do passado, dominando-o e sendo assim dita como "verdade única."

Qual seria o limite do entendimento histórico? Se a história é regida por instituições que detêm o poder, ela não detém a "verdade única". O seu campo é epistemológico e político, por isso é preciso verificar as vias para se chegar ao passado.

Seligmann-Silva sobre esta reflexão fala que quando se começa a avançar para a ética, por exemplo, no caso de Shoah, percebe-se a deficiência técnica que há não no historiador, mas, na reflexão sobre a representação do passado. O passado não é único, para cada memória do presente pode haver outro passado. A história detém apenas uma faceta das várias que o passado possui, ela não é assim detentora da "verdade" sobre o passado.

Segundo Seligmann-Silva

Relacionar o nosso passado histórico com o trauma implica tratar desse passado de um modo mais complexo que o tradicional: ele passa a ser visto não mais como um objeto do qual podemos simplesmente nos apoderar e dominar, antes essa dominação é recíproca. O trabalho da história [...] deve-se levar em conta tanto a necessidade de se "trabalhar" o passado, pois as nossas identidades dependem disso, como também o quanto esse confronto com o passado é difícil. (2006: 76-77)

A história é deficiente nesta visão. Ela não possui meios para relacionar o passado com outras implicações além, daquelas que ela detém. É preciso ser menos frio e

imparcial para se poder encontrar outro passado que não se atenha somente àquele que se refere ao vencedor.

Percebo que a história tradicional ou a história dos vencedores como Benjamin a denomina não é o melhor caminho para o conhecimento do passado e a transformação do presente em que estou inserida. A História das Mentalidades questiona essa história tradicional e, é a partir de seu argumento teórico continuou minhas reflexões.

1.3 A História Nova como outro devir

Sabe-se que na época em que surgiu a história dos Annales ou História das Mentalidades, ela era apenas uma faceta da história mais ampla, que se chamava história econômica social. Essa história se interessava pela massa da sociedade. A história econômica, que é especializada e matemática, estava ligada de maneira íntima à história psicológica. Ambas era igualmente a “história dos humildes e do coletivo”. Todo fato econômico (salário, imposto, preço) repercute de alguma maneira na vida cotidiana (taxa de natalidade e mortalidade, enriquecimento, fome). A história econômica é então, tentativa de fazer história descontínua do sujeito e dos acontecimentos relacionados a ele. Essa história da humanidade anônima começa a ser porta para história nova em que eu, você, todos, podem de alguma maneira se identificar.

Após a Segunda Guerra Mundial, começou a se ter nova visão da força sócio-econômica que era então o motor das grandes subversões de ordem política e social que tomaram conta dessa época. Muitos jovens intelectuais ficaram fascinados com essas forças, entre eles os historiadores que foram tentados a transportar para o passado os interesses de seu presente e nele procurar as origens (ou os atrasos) do progresso técnico (Le Goff 2003: 211). É aqui que a história demográfica reintroduz os fenômenos de mentalidade na grande problemática mundial.

Le Goff, enfoca bem a questão da história demográfica e suas contribuições para a história das mentalidades quando afirma que começam a surgir questões sobre atitudes filosóficas nas estatísticas puramente matemáticas. Por exemplo, a adaptação da população aos alimentos, que não era automática nem imediata. Isso vai contribuir para o surgimento de uma história que tenta ressaltar no passado os indícios que preparavam ou anunciavam a modernidade. É a história que está nos vazios da Longa História (história tradicional). Ela é construída por fatos particulares no espaço dentro do tempo maior (tempo contínuo), mas, que é capaz de revelar outro passado que repercute até hoje no presente.

Esses jovens historiadores como Lucien Febvre e Marc Bloch, não vão estudar a história tradicional como sentido único. A cultura que estudam é tirada fora da História, ou melhor, nos espaços vazios dessa longa história. Eles se interessam pela sincronia, dilatando as margens dessa história dita longa. O historiador relê a longa história, buscando acontecimentos regionais, encontrando respostas para o nosso presente que não se encontram nos livros de história tradicional, mas na cultura que pode ser rural ou urbana, elitista ou popular.

Há aqui outra referência para a questão do tempo linear da história.

Eu vivo a história que está dentro da longa história, mas, que por estar a margem é capaz de alargar esse espaço e ultrapassar as barreiras da tradição, ajudando a entender o futuro vindouro ou compreender o passado por outra óptica dilatada em que há mais nas entrelinhas da história tradicional do que nela mesma.

Para se chegar a essa história do tempo que não é continuum, eu tenho que procurar nas entrelinhas da história. Como eu encontro essas entrelinhas? Como essa história se forma dentro da história dos vencidos? Nas narrativas que deixam o passado individual ou coletivo tomar forma nas reflexões do tempo cronológico em que estamos. Benjamin (1987: 197-200) se preocupou intensamente com essas questões referentes à narração clássica, a perda da tradição do contar histórias, enfim, ele via uma nova teoria da historiografia revolucionária que era a rememoração salvadora de um passado esquecido. Por isso a narração é fundamental para a constituição do sujeito.

Benjamin afirma que, com as guerras surge nova barbárie. É a pobreza da experiência e o contentar-se com pouco. Não existe mais narrador que tenha vivido as histórias que conta. Os soldados voltam pobres de narração das guerras, isso preocupa Benjamin. É preciso lutar contra o esquecimento para que o tempo não venha abolir os trabalhos dos homens e suas façanhas.

É interessante verificar como Literatura e História têm esse cuidado com o lembrar, na tentativa de reconstruir outro passado que acaba por escapar e resguardar alguma coisa da morte dentro da frágil existência humana. Mas o historiador da história tradicional é perigoso, ele pode causar tantos danos quanto o físico nuclear. É preciso encontrar na história de longa duração, aquilo que nos escapa, e que me ajuda a entender o presente em que estou.

1.4 Cesura que Interrompe o Contínuo

Benjamin, citado em Gagnebin (2006: 99) tenta pensar a tradição dos vencidos, que não está ao nível da continuidade, mas sobre os saltos, a interrupção e o descontínuo. "O contínuo da história é o dos opressores. Enquanto a representação do continuum iguala tudo ao nível do chão, a representação do descontínuo é o fundamento da autêntica tradição". Gagnebin (2006: 99).

A história de longa duração é a história dos vencedores, mas nessa história escapam lugares, como afirmei anteriormente, em que se oferece escora para outra história que quer ir além dela. Percebo que é muito mais do que a luta ideológica que se encontra enraizada na história que estou buscando. A verdade do discurso não se esgota nele, mas no que se deixou escapar do mesmo.

Para Benjamin, citando Goethe em Anotações ao ensaio sobre As Afinidades Eletivas, *Schr.* 1-3 832), o conceito chave é o da interrupção da história, de *unterbrechung* messiânica ou de *Stellstand* (paralisação, historiográfico).

Pois, como a interrupção consegue, graças à imperiosa palavra, arrancar a verdade do discurso dos mentirosos ali onde o interrompe, assim

também o sem-expressão obriga a harmonia trêmula a se manter parada e eterniza, pela sua intervenção, seu tremor. Nessa eternização o belo deve responder por si, mas parece, então, como que interrompido por essa responsabilidade. O sem-expressão é esta violência crítica que não consegue, por certo, separar a aparência do verdadeiro na arte, mas que lhes proíbe misturar-se. Essa violência, ele a tem como palavra moral.

Benjamin não trabalha com o tempo linear que está atrelado à história tradicional, ele se opõe há esse tempo com o conceito pleno: *jetztzeit* (tempo de agora), ao mesmo tempo *ursprung* (surgimento) do passado no presente e evento do instante daquilo que começa a ser. Para ele o lembrar o passado é muito mais do que simples lembrar, é retomada, é volta/renovação que, quebra a continuidade da cronologia tranqüila, imobiliza seu fluxo, instaurando o instante e a instância da salvação. Vejo isso como corte do tempo continuum, na busca da história que se refaz quando, se volta a pensar no passado da história tradicional, tempo e espaço que é dos oprimidos. Esse tempo descontínuo é o fundamento para Benjamin da autêntica tradição.

Enquanto a história tradicional se preocupa com a comemoração dos vencedores, no continuum da história, tem-se que procurar as asperezas e suas arestas que oferecem condições de ir além dela.

Esse gesto de ruptura na linguagem: é a paragem e o sopro marcados pela cesura que escande o uso da mesma ao interrompê-lo. Sabe-se que o termo cesura vem da literatura e significa corte, é a pausa na sexta sílaba do verso alexandrino. Para Benjamin ela tem dupla função. Primeiro é essa crítica a história tradicional que detem uma verdade absoluta no contínuo que dita a história dos vencedores. E segundo é uma ruptura no desenvolvimento da narrativa. A cesura em nossa linguagem é o eco privilegiado da interrupção (messiânica) que destrói a continuidade e que se erige em totalidade histórica universal e salva o surgimento do sentido na intensidade do presente.

Holderlin, citado por Gagnebin (2006: 102) elabora a seguinte teoria de cesura:

Ao fazer intervir o descontínuo, a cesura opera a partilha trágica o seio de um verso e, igualmente, no corpo mesmo da tragédia. Em Édipo Rei e em Antígone ela não intervém, decerto, no mesmo momento; desde o início da peça em Édipo, mais pelo fim em Antígone, são, no entanto, cada vez as declarações de Tirésias, como ressalta Holderlin, que a introduzem: Tirésias, o adivinho cego que vê passado e o futuro, interrompe o escoamento do tempo habitual e inscreve no presente trágico a cesura da verdade.

A cesura é para Benjamin figura privilegiada da interrupção salvadora, ela é a expressão daquilo que funda a linguagem e a leva ao aniquilamento, pois, sua verdade não reside no infinito escoamento das palavras, mas no sopro "sem expressão" que a forma e a traz ou a dispersa e a perde. A cesura é a ruína, a fratura na história que faz surgir outra verdade (da qual pode nascer outra verdade, outra história).

Para fechar esse capítulo, quero construir aqui a ponte que ligará as narrativas sobre a estampa chita às minhas reflexões sobre memória, história e cesura. É através das narrativas sobre a estampa chita que quero mostrar como se pode ocasionar cesuras na História Tradicional.

A memória é o fio condutor que faz ocasionar cesuras na história de longa duração. A Nova História percebeu isso e começou a encontrar nas ruínas da "Longa História" cesuras capazes de revelar outro passado além daquele encontrado nos livros de história. A partir da história das Mentalidades da estampa chita posso fazer esta cesura, encontrando outros passados além daquele imposto pelos vencedores.

A memória é o fio condutor, que faz ocasionar cesuras na História de longa duração. A Nova História percebeu isso e começou a encontrar nas ruínas da História, as cesuras capazes de revelar outro passado, além daqueles encontrados nos livros de História.

Concluo assim, respondendo a pergunta que norteou este trabalho: a cesura é a figura privilegiada da interrupção salvadora que faz com que a história dos vencidos emerja, trazendo instantes do passado para o presente, destruindo a continuidade e apontando para o surgimento do sentido na intensidade do *jetztzeit*.

Referências Bibliográficas:

- BENJAMIN, Walter. Ensaio sobre as Afinidades Eletivas. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1987
_____, Walter. Magia e técnica, Arte e Política. Ensaios sobre Literatura e história da cultura. Vol.1. São Paulo: Ed.Brasiliense,1987
GAGNEBIN, Jeanne Marie. Lembrar escrever esquecer. São Paulo: Copyright Editora, 2006
_____, Jeanne Marie. História e Narração em Walter Benjamim. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004
HOBSBAWN, E. J. Sobre História, Tradução C. K Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998
KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado. Contribuição à Semântica dos tempos históricos. São Paulo: Contraponto. Ed. PUC Rio, 2006
LE GOFF, Jacques. A História Nova; tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes,2005.
_____, Jacques. História e Memória. 5ª Edição. São Paulo: Copyright Editora, 2003.

Recebido em 23/10/2008; aprovado em 2/03/2009.